

JOSÉ PEDRO MARTINS

Campinas chega aos 225 anos diante de enormes desafios e dilemas em relação a seu futuro. A dramática crise social e institucional, associada à escalada da violência, coloca definitivamente em xeque a cidade que já foi considerada modelo no País em qualidade de vida. Incerta quanto ao que virá, Campinas chega entretanto, aos dois séculos e um quarto de vida, muito mais consciente sobre o seu passado.

Diversos tabus e mitos cultivados ao longo de muito tempo na história da cidade vêm sendo sistematicamente demolidos e questionados pela ação de estudiosos de vários ramos de atuação. Sabendo melhor sobre a sua história, Campinas constrói de forma mais sólida a sua identidade, o que sem dúvida vai contribuir para a busca coletiva de um futuro mais consistente de paz, felicidade e prazer.

Uma nova versão sobre o próprio nascimento de Campinas é um exemplo da revisão histórica processada nos últimos anos. Essa nova perspectiva para a fundação de Campinas já foi motivo, inclusive, de duas séries de reportagens do **Correio Popular**, baseadas nos estudos de especialistas e em documentos inéditos pesquisados em arquivos de Portugal.

O novo prisma sobre a fundação da cidade contesta a versão oficial que indicava o ato como mero resultado do movimento de senhores de terra locais, que buscavam a independência do bairro das Campinas da administração central em Jundiaí.

Ao lado do interesse separatista estavam as questões religiosas. Os latifundiários de meados do século 18 reclamavam que os enterros, missas e outros ofícios religiosos tinham de ser, igualmente, realizados em Jundiaí, distante "várias léguas" de Campinas.

A mobilização política associou-se então à demanda religiosa e, no dia 15 de setembro de 1772, um grupo de senhores de terra locais - em grande parte pessoas que receberam sesmarias da Coroa Portuguesa -, liderados por Francisco Barreto Leme, encaminhou ao bispo-geral de São Paulo, cônego Antônio de Toledo Lara, pedido para que fosse construída uma Igreja no bairro das Campinas.

O pedido para a edificação da Igreja foi atendido a 18 de janeiro de 1773 pelo

bispo Frei Manuel da Ressurreição, de Jundiaí. Ao ato religioso se seguiu o ato político com a definição, por Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, então governador da Capitania de São Paulo, de Francisco Barreto Leme como o fundador oficial de Campinas.

A solenidade aconteceu a 14 de julho de 1774, no local onde hoje fica o Largo do Carmo, tão agredido nas últimas semanas pelas decisões insensatas das autoridades de hoje. Estava fundada oficialmente a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso, nome dado em função da enorme floresta que originalmente cobria toda a região.

Esta é a história oficial, que de fato aconteceu. As novas luzes lançadas sobre o nascimento da cidade indicam, porém, que o episódio superou em muito os interesses políticos e religiosos locais. Os novos estudos, conduzidos por pesquisadores como o arquiteto Antônio da Costa Santos (que beberam em contribuições como as do historiador e jornalista Benedito Barbosa Pupo), mostram que a fundação de Campinas foi sobretudo resultado de um plano estratégico de ocupação do Centro-Sul do Brasil, engendrado em Lisboa no contexto de enormes conflitos com os espanhóis.

Para garantir a posse de seu território, ameaçado pelos castelhanos que já haviam conquistado a Colônia de Sacramento no Sul, a Coroa Portuguesa - e especificamente o homem-forte da época, o Marquês de Pombal - idealizou a reconstrução da Capitania de São Paulo, que havia sido desmembrada de Minas Gerais em 1720 e extinta em 1750, quando foi anexada ao Rio de Janeiro.

A reconstrução de São Paulo atenderia assim ao duplo objetivo de garantir a posse do território (através do estímulo à agricultura) e de assegurar mais recursos para a Coroa, que estava em um momento particularmente crítico pela destruição de Lisboa em 1755 por um terremoto.

O homem escolhido para a tarefa de reconstruir a Capitania de São Paulo, o Morgado de Mateus, era um membro da alta aristocracia lusitana. Era homem de confiança de Pombal, e como ele dotado de princípios iluministas que eventualmente se chocavam com os interesses dos donos de terra mais conservadores.

Fotos do quadro
de Morgado Mateus,
reconstrutor da
Capitania de São Paulo,
e do solar de
sua família
em Portugal,
pertencem ao
arquivo do pesquisador
Antonio Costa Santos





